



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



HUDSON EVANGELISTA DE SOUSA

**TÁTICAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: ESTRATÉGIAS NA
VANGUARDA DA PREVENÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS**

GOIÂNIA-GO

2024

HUDSON EVANGELISTA DE SOUSA

**TÁTICAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: ESTRATÉGIAS NA
VANGUARDA DA PREVENÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Carla Vieira Fagundes Leão.

GOIÂNIA-GO

2024

TÁTICAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: ESTRATÉGIAS NA VANGUARDA DA PREVENÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS

TACTICS OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS: STRATEGIES AT THE VANGUARD OF PREVENTING VIOLENT CRIMES

Hudson Evangelista de Sousa¹

Carla Vieira Fagundes Leão²

Resumo

Buscou-se avaliar a eficácia das estratégias preventivas de combate ao crime implementadas pela Polícia Militar de Goiás, visando compreender o impacto dessas medidas percebido pela comunidade, assim como sua efetividade. Realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo. Os resultados mostraram que aproximadamente 63% da população entrevistada afirmaram já ter participado de programas de prevenção da Polícia Militar, mas metade não estava ciente de ações preventivas atuais da polícia em suas comunidades. Quase todos os respondentes (97,1%) acreditam que a Polícia Militar, com participação comunitária, pode prevenir crimes, embora haja divergência sobre a eficácia das ações policiais atuais. Observou-se que a educação, a remuneração justa e o saneamento básico também são considerados eficazes na prevenção do crime por mais da metade dos participantes. Opiniões variadas foram expressas sobre a informação das ações preventivas da polícia em sua região, e aproximadamente 46% avaliaram positivamente o papel da Polícia Militar na prevenção secundária do crime. A maioria (54,3%) acredita que programas educacionais, como o PROERD, têm um impacto significativo na prevenção do crime. Por fim, a importância das reuniões de segurança comunitária foi destacada por 57,1% dos respondentes, embora 38,2% acreditem que a comunidade está insatisfeita com os programas de prevenção de crimes realizados pela Polícia Militar, evidenciando a necessidade de melhorias e maior participação da sociedade nessas atividades. Nas considerações finais, recomendou-se que as políticas de segurança pública priorizem o policiamento comunitário como uma estratégia fundamental, visando sua implementação e desenvolvimento contínuo.

Palavras-chave: Policiamento ostensivo; Estratégias Preventivas; Participação da Comunidade.

Abstract

We sought to evaluate the effectiveness of preventive strategies to combat crime implemented by the Military Police of Goiás, in order to understand the impact of these measures perceived by the community, as well as their effectiveness. Bibliographical and field research was carried out. The results showed that approximately 63% of the interviewed population claimed to have already participated in prevention programs of the Military Police, but half were not aware of current preventive actions of the police in their communities. Almost all respondents (97.1%) believe that the Military Police, with community participation, can prevent crimes, although there is disagreement about the effectiveness of current police actions. It was observed that education, fair remuneration and sanitation are also considered effective in preventing crime by more than half of the participants. Varied opinions were

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: Email:hudsonangelista.adv@gmail.com. Telefone: (61) 9 9374-2502.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em Especialista Análise Criminal, E-mail: carlavieirafagundesleao@gmail.com. Telefone: (62) 98175-9871.

expressed about the information of police preventive actions in their region, and approximately 46% positively evaluated the role of the Military Police in secondary crime prevention. Most (54.3%) believe that educational programs such as PROERD have a significant impact on crime prevention. Finally, the importance of community security meetings was highlighted by 57.1% of respondents, although 38.2% believe that the community is dissatisfied with the crime prevention programs carried out by the Military Police, the need for improvements and greater participation of society in these activities. In the final considerations, it was recommended that public security policies prioritize community policing as a fundamental strategy, aiming at its implementation and continuous development.

Keywords: Ostensive policing; Preventive Strategies; Community Participation.

1 INTRODUÇÃO

Com muita eficiência, a Polícia Militar do Estado de Goiás traz um policiamento ostensivo impactante em Goiânia – GO, com diversas atuações exitosas, entretanto, muitas vezes, após ou durante a consumação do delito. O policiamento ostensivo refere-se a uma abordagem proativa e visível da aplicação da lei, realizada pela Polícia Militar de Goiás, na qual está presente de maneira evidente e notória na comunidade.

Os desafios enfrentados pela Polícia Militar são manifestos diante do crescente aumento da criminalidade. Nesse contexto, a instituição, após inúmeras evoluções, implementou o POP (Procedimento Operacional Padrão) como uma ferramenta orientadora das ações policiais militares diante das diversas circunstâncias operacionais.

Consigna-se que o estudo do tema auxilia a Polícia Militar do Estado Goiás a realizar ações preventivas, a fim de obter a redução de crimes violentos e/ou evitá-los. Através da observância da prevenção primária, ou até mesmo secundária do crime, não só a sociedade se beneficia, como também o trabalho policial será eficaz, promovendo um ambiente mais seguro e contribuindo para a construção de uma comunidade resiliente e protegida.

Diante do cenário desafiador de aumento da criminalidade no estado de Goiás, a análise das estratégias para prevenção de crimes pela Polícia Militar, antes mesmo que eles aconteçam, tornam-se imperativa.

Contudo, surge a indagação sobre a efetividade e a adaptabilidade dessas abordagens inovadoras no contexto específico do estado, como as ações realizadas pela Polícia Militar estão sendo recebidas pela comunidade? A polícia Militar investe em ações preventivas do crime? Quais são as ações que podem ser consideradas preventivas do crime? Qual o impacto percebido dessas práticas na redução dos crimes violentos, utilizando uma determinada área

como base? Há desafios específicos enfrentados para manutenção dessas ações, e de que forma podem ser lamentadas na prevenção de crimes violentos na região? Essas são questões elementares que demandam uma análise aprofundada para guiar futuras ações policiais e contribuir para a construção de uma cidade mais segura e resiliente.

Dessa forma, o propósito central consiste em avaliar a eficácia das estratégias preventivas de combate ao crime já implementadas pela Polícia Militar de Goiás. A análise visa compreender o impacto percebido dessas medidas, assim como sua efetividade na prevenção de delitos. Além disso, pretende-se identificar os desafios enfrentados durante a implementação dessas estratégias, fornecendo, por fim, recomendações que visem aprimorar a efetividade das ações preventivas no âmbito da segurança pública na região.

Nesse contexto, a fundamentação desta pesquisa emerge da intenção de avaliar a eficácia de estratégias preventivas em relação à criminalidade. Em outras palavras, busca-se analisar abordagens que possibilitem a atuação proativa da Polícia Militar, antecipando-se/prevenindo-se aos eventos criminosos, com o propósito de promover uma sensação de segurança na comunidade atendida pela Polícia Militar do Estado de Goiás.

Para tanto, o trabalho será dividido em capítulos distintos nos quais aborda-se, fundamentados na doutrina, uma análise da política criminal. O objetivo é estabelecer quais são as diretrizes para que o enfrentamento à criminalidade seja sempre conduzido de maneira racional e, principalmente, preventiva. Faz-se, portanto, uma pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, bem como uma pesquisa de campo, mediante uma análise qualitativa de dados obtidos através de entrevista por intermédio de formulário google.

Com base nos resultados obtidos por meio das pesquisas, será possível vislumbrar uma perspectiva mais receptiva tanto por parte das ações preventivas já implementadas com enfoque na segurança comunitária quanto por parte da população que, por falta de informação, pode não estar plenamente ciente desse tipo de atuação da polícia militar.

2 REVISÃO TEÓRICA

A presente revisão explora três aspectos essenciais da política de prevenção criminal: a prevenção ao delito, as reuniões de segurança comunitária e o programa educacional de resistência às drogas. Primeiramente, aborda-se a política criminal como uma ciência e arte de prevenção e repressão ao crime, enfatizando a necessidade de ação coordenada entre as forças policiais e a comunidade. Em seguida, o foco recai sobre as reuniões de segurança

comunitária, destacando como a interação entre autoridades e cidadãos pode fortalecer a prevenção ao crime. Por fim, analisa-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), um exemplo bem-sucedido de educação preventiva para crianças e adolescentes.

2.1 POLÍTICA CRIMINAL DE PREVENÇÃO AO DELITO

A criminalidade urbana se caracteriza por uma multiplicidade de fatores e formas, trata-se de uma abordagem que envolve diversas instituições, assim como uma resposta coordenada no nível local, de acordo com as ações de prevenção ao crime, resultarão quase sempre em benefícios à sociedade. Para tanto, é necessário a identificação de todos os atores relevantes que participam desse diagnóstico sobre prevenção à criminalidade e combate ao crime, como por exemplo a polícia militar (Mattos, 2012).

Segundo Honoré de Bazalc (2007, p. 25) “os governos passam, as sociedades morrem, a polícia é eterna”, a compreensão clara emerge quando se reconhece que a presença policial atuante de maneira incisiva é indispensável para a promoção da harmonia e ordem dentro de uma comunidade.

Em síntese, a política criminal é o estudo dos meios em que vive o indivíduo para se evitar o crime. Essa política atua tanto na prevenção como na repressão da delinquência, buscando saídas para as ações do Estado. O objetivo da prevenção ao delito consiste em um conjunto de ações direcionadas para evitar a ocorrência de crimes (Paula, 2013).

Conforme Basileu Garcia conceitua Política Criminal como:

A política criminal é conceituada, por muitos autores, como a ciência e a arte dos meios preventivos e repressivos de que o Estado, no seu tríplice papel de Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, dispõe para atingir o fim da luta contra o crime. Como ciência, a Política Criminal firma princípios e, como arte, aplica-os (Garcia, 1973).

A prevenção primária é definida pelo “Guia para a prevenção do crime e da violência” (Brasil, 2015), como a abordagem preventiva estratégica, centrada em ações relacionadas aos fatores ambientais e/ou sociais que ampliam os riscos de criminalidade e violência, tem como objetivo a redução de sua incidência e minimização de seus efeitos adversos. Dentro dessa premissa, englobam-se iniciativas que promovem transformações significativas na comunidade ou na sociedade em geral, visando diminuir a propensão de grupos ou indivíduos à prática de crimes e violência, resultando efetivamente na prevenção.

A prevenção primária concentra-se nas causas subjacentes ao cometimento de crimes, buscando neutralizar o problema antes de sua manifestação. É imperativo que o

Estado providencie elementos como educação, remuneração justa, saneamento básico, assistência médica, emprego e oportunidades de lazer. Ao focar nas causas subjacentes do crime, a prevenção primária é classificada como etiológica, sendo considerada altamente eficaz. Contudo, é frequentemente subutilizada devido à sua natureza, que não proporciona resultados imediatos (Gonzaga, 2018).

Por outro lado, a prevenção mencionada aborda não apenas os potenciais criminosos e vítimas, mas também os locais e momentos propícios para ocorrência de crimes. Também é conhecida como prevenção situacional, concentrando-se na neutralização de situações de risco. Essa abordagem se destina a curto e médio prazo, visando desestimular as oportunidades mais atraentes para os infratores. Ao contrário da prevenção etiológica, não se concentra nas causas do delito, mas sim nos potenciais delinquentes e no *modus operandi*, considerando fatores como local, horário e vítima.

A prevenção em destaque prioriza a identificação e mitigação das oportunidades para a prática de crimes. Essa abordagem parte do pressuposto de que indivíduos de distintos sexos, idades e classes sociais apresentam diversas probabilidades de se envolverem como autores ou vítimas de delitos. A política legislativa penal, as ações policiais e o controle social penal são elementos integrantes dessa modalidade de prevenção, visando influenciar os fatores que propiciam a ocorrência de crimes (Costa, 2022)

Segundo Molina e Gomes (2006), as concepções de prevenção secundária endossam a "ideologia de segurança" ou "segurança cidadã". Apesar de seu nome estar associado à ideia de cidadania, essa abordagem promove práticas que podem não ser solidárias, potencialmente resultando em excessos de vigilância. A ideologia sugere uma cruzada contra situações criminógenas, contribuindo para o aumento do medo na população. No contexto dessa perspectiva, o combate à criminalidade muitas vezes é relegado a segundo plano, focalizando-se predominantemente nos crimes de rua.

Já em relação à prevenção secundária, segundo Sento-Sé (2011), a prevenção secundária seria mais circunscrita. Ela diria respeito a populações e regiões identificadas como portadoras de características passíveis de serem identificadas como zonas de risco. Esse enfoque pode fortalecer movimentos políticos de populismo penal e levar a um menosprezo pelas garantias dos cidadãos. Conseqüentemente, essa ideologia é considerada perigosa e vista como uma regressão.

A prevenção secundária do crime é fundamental no trabalho da Polícia Militar de Goiás, representando uma abordagem estratégica e proativa para manter a segurança pública.

Ao contrário da simples resposta a incidentes, a prevenção secundária concentra-se em identificar e interromper padrões criminais antes que evoluam para situações mais graves.

A Polícia Militar de Goiás vem desempenhando um papel central nesse contexto, implementando estratégias de monitoramento e investigação que visam detectar atividades criminosas em estágios iniciais, através de ações preventivas. Essas abordagens não apenas reduzem a incidência de crimes, mas também contribui para a construção de comunidades mais seguras, fortalecendo a confiança da população nas instituições de segurança.

Registra-se com esse entendimento, que a prevenção secundária, ao antecipar e abordar fatores de risco, capacita a Polícia Militar de Goiás a desempenhar um papel proeminente na construção de ambientes urbanos mais seguros, o que impacta diretamente na qualidade de vida da sociedade local.

2.2 REUNIÃO DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA

A abordagem de policiamento mencionada foi inicialmente proposta entre os anos de 1914 e 1919, na cidade de Nova York, pelo americano e comissário de polícia Arthur Woods (Pereira; Emerique, 2016). Conforme destacado por Skolnick e Bayley (2002), a ideia do comissário era introduzir, nas camadas mais básicas do policiamento, uma percepção da importância social, do sentimento de dignidade e do valor público do trabalho policial. Segundo sua perspicácia, uma comunidade esclarecida traz benefícios para a polícia, pois o entendimento mais profundo por parte dos cidadãos sobre as complexidades, dificuldades e significado dos deveres policiais resulta em um maior respeito pelo trabalho policial.

Os autores Trojanowicz e Bocqueroux (1994, p. 06) estabelecem um conceito universalmente aceito para policiamento comunitário, a saber:

O policiamento comunitário é uma filosofia de policiamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial patrulha e trabalha na mesma área numa base permanente, a partir de um local descentralizado, trabalhando numa parceria preventiva com o cidadão para identificar e resolver os problemas.

O policiamento comunitário tem como objetivo principal a prevenção do crime, mas vai além disso, buscando construir uma parceria ativa e colaborativa entre a polícia e a comunidade. Objetivando à eficácia da prevenção do crime, o policiamento comunitário requer o envolvimento da comunidade, com vistas a construção de relacionamento, prevenção situacional e, sobretudo, o desenvolvimento de programas preventivos (Bohn, 2015)

Nesse contexto, a Portaria nº 1824 / 2014 - SSP, prevê como uma de suas finalidades a melhoria da criminalidade através do conselho de segurança comunitária, veja-se:

Propiciar bom relacionamento e cooperação mútua entre entidades, lideranças locais e demais membros da comunidade com os órgãos responsáveis, direta ou indiretamente, pela melhoria dos serviços que incidem sobre as questões de violência, criminalidade, fatores de risco e defesa social, no âmbito de sua base de atuação (Goiás, 2014, p. 03).

Insta consignar que, ao estabelecer uma parceria sólida, estas colaborações visam promover a segurança e bem-estar coletivos dentro da área de atuação, incentivando a implementação de estratégias abrangentes que abordem não apenas os sintomas, mas também as causas subjacentes desses desafios. Essa abordagem integrada reflete um compromisso conjunto com a construção de comunidades mais seguras, engajadas e resilientes, onde a participação ativa de todos os interessados desempenha um papel fundamental na consecução desses objetivos compartilhados (Bondaruk; Souza, 2003).

O Estado de Goiás, por meio do Procedimento Operacional Padrão - POP (2023), introduziu em seus protocolos a denominada "reunião comunitária". Esta medida visa congrega as forças atuantes nos quadrantes, proporcionando um fórum para discussão e estabelecimento de parcerias. O intuito é promover aprimoramentos na qualidade de vida dos residentes e trabalhadores do quadrante, com especial atenção para questões relacionadas à segurança pública. Essa iniciativa demonstra o comprometimento do estado em envolver as comunidades locais nas decisões e ações que impactam diretamente o bem-estar e a segurança de seus cidadãos

Portanto, ao focar na parceria e colaboração, o policiamento comunitário busca não apenas reduzir a incidência de crimes, mas também melhorar a qualidade de vida na comunidade como um todo. Essa abordagem holística reconhece a interconexão entre fatores sociais, econômicos e ambientais que influenciam a segurança e procura envolver ativamente a comunidade na promoção de ambientes mais seguros e saudáveis (Cerqueira, 2021).

2.3 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS

O uso indevido de drogas frequentemente serve como um catalisador para o surgimento de outros crimes violentos, representando uma preocupação substancial para a segurança pública, razão pela qual o assunto é preocupante em razão de suas consequências econômicas, jurídicas e, principalmente, sociais.

O consumo de substâncias ilícitas muitas vezes está associado a comportamentos impulsivos e desordenados, criando um ambiente propício para a ocorrência de delitos mais sérios. Indivíduos sob a influência de drogas podem se envolver em atividades criminosas, como assaltos, roubos e agressões, em busca de recursos para sustentar seus vícios (Velasco, 2023)

Além do mais, o tráfico de drogas, muitas vezes vinculado ao uso indevido, contribui significativamente para a escalada da violência nas comunidades. Portanto, compreender e abordar o problema do uso indevido de drogas não apenas tem implicações para a saúde pública, mas também desempenha um papel fundamental na prevenção de crimes violentos e na promoção de sociedades mais seguras e saudáveis (Santos, 2023).

Diante das consequências devastadoras associadas ao uso de drogas, em 1983, a Polícia de Los Angeles, em colaboração com o Distrito Escolar local, inaugurou uma iniciativa crucial: o programa DARE³ (*Drugs Abuse Resistance Education*). Sob a supervisão e coordenação da pedagoga Ruth Rich, o DARE foi concebido para abordar a questão do abuso de substâncias junto a crianças com idades entre 9 e 12 anos (Bortoluzzi, 2017).

O programa se destacou por sua abordagem educacional, empregando material didático adaptado à realidade dessas faixas etárias, visando conscientizar os jovens sobre os riscos e consequências negativas associados ao consumo de drogas. Ao integrar a polícia na educação preventiva, o DARE não apenas buscava dissuadir o uso de substâncias ilícitas, mas também estabelecer um diálogo proativo e informativo para promover comunidades informadas sobre os riscos (Fernandes, 2015).

No Brasil, a adaptação do programa DARE ocorreu em 1992 no Estado do Rio de Janeiro, sendo denominada PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Desde 2002, o PROERD se estendeu para todos os Estados brasileiros (Rateke, 2006). Por outro lado, no Estado de Goiás, o programa foi implementado em 1998 e tem desempenhado um papel significativo na educação preventiva. Ao longo dos anos, o PROERD goiano já beneficiou mais de 1 milhão de crianças e adolescentes, proporcionando-lhes informações essenciais sobre os riscos associados ao consumo de drogas e à violência (Carvalho; Dantas, 2018).

O programa PROERD é implementado em todo o território nacional de forma exclusiva pelas polícias militares. Sua aplicação abrange escolas públicas, particulares e conveniadas, sendo conduzida por policiais militares devidamente treinados e preparados. A metodologia do PROERD é especialmente desenhada para envolver crianças e adolescentes

de maneira lúdica, proporcionando um ambiente educativo que seja ao mesmo tempo informativo e atrativo (Bortoluzzi, 2017).

A abordagem do programa visa não apenas transmitir informações sobre os riscos associados ao uso de drogas e à violência, mas também desenvolver habilidades sociais e emocionais que fortaleçam a resistência desses jovens diante das pressões adversas. A atuação das polícias militares nesse contexto destaca o compromisso institucional em promover a prevenção e a formação de cidadãos conscientes em todas as esferas educacionais do país (Fernandes, 2015).

A colaboração entre as polícias militares e as instituições educacionais reforça o compromisso de enfrentar os desafios relacionados ao consumo de drogas e à violência desde as fases iniciais da formação dos indivíduos. Além de alertar sobre os riscos, o PROERD se destaca por sua abordagem proativa ao desenvolver habilidades sociais e emocionais nos jovens, capacitando-os a resistir às influências negativas.

Nesse contexto, a importância da prevenção secundária do crime é evidente, uma vez que o programa não apenas busca dissuadir comportamentos prejudiciais, mas também atua na interrupção de padrões criminais emergentes. Ao investir na conscientização e formação de crianças e adolescentes, o PROERD contribui para a construção de uma sociedade onde os jovens aprendem a ser mais resilientes, fortalecendo os alicerces de comunidades informadas e prevenindo o surgimento de crimes mais graves no futuro.

3 METODOLOGIA

A condução deste trabalho seguiu uma abordagem metodológica criteriosa, fundamentada em procedimentos que visam garantir a qualidade e a relevância das análises realizadas. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica para compreender o estado atual do conhecimento sobre o tema em questão. Em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo, através de meio de entrevistas com a comunidade, realizando-se uma análise quantitativa, via formulário com 17 perguntas criado pelo autor no Google Forms (Gil, 2010).

O método empregado para coleta de dados incluiu técnicas variadas, como levantamento de literatura, análise documental, bem como entrevistas estruturadas, conforme a natureza do estudo. A escolha dessas abordagens foi pautada na relevância e na adequação aos objetivos específicos da pesquisa. Para análise dos dados, empregou-se uma abordagem

qualitativa. A ética na pesquisa foi rigorosamente observada, garantindo-se a confidencialidade e anonimato dos participantes (Lakatos; Marconi, 2021).

Ao longo do processo, a transparência metodológica foi assegurada, permitindo a replicabilidade e validade externa dos resultados. Essa abordagem metodológica abrangente busca não apenas responder às questões propostas, mas também contribuir de maneira significativa para o avanço do conhecimento na área em foco.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aplicado o questionário conforme delineado na metodologia do presente trabalho, obteve-se 35 respostas. As quatro primeiras perguntas foram direcionadas a traçar o perfil dos respondentes, buscando saber região em que moram, sexo, idade e grau de escolaridade. Nesse sentido, acerca da localização, se residiam próximos ao Setor Universitário Leste ou bairros circundantes em Goiânia no Estado de Goiás, 82,9% confirmaram estar nessa área, enquanto 17,9% negaram.

Na segunda pergunta, foi solicitado o sexo dos respondentes, com 71,4% informados como masculino e 28,6% como feminino. A terceira questão abordou a faixa etária, revelando que 60% têm entre 22 e 30 anos, 34,3% têm entre 31 e 50 anos, e uma pequena proporção está na faixa dos 15 aos 21 anos. Não houve nenhum respondente com mais de 50 anos. Quanto à escolaridade, 68,6% possuem ensino superior completo ou incompleto, enquanto 22,9% estão cursando o ensino superior no momento. Notou-se que a maioria dos respondentes possui formação de nível superior, com uma pequena parcela com ensino fundamental completo e outra com ensino fundamental incompleto.

Em seguida, indagou-se aos respondentes se já participaram de programas realizados pela Polícia Militar acerca de prevenção de crimes, como reuniões comunitárias, PROERD, por exemplo, e 62,9% afirmaram que sim, enquanto 34,3% disseram que não. Ressalta-se que uma parcela bem pequena afirmou que desconhece tais ações, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1. Participação dos respondentes em programas de prevenção

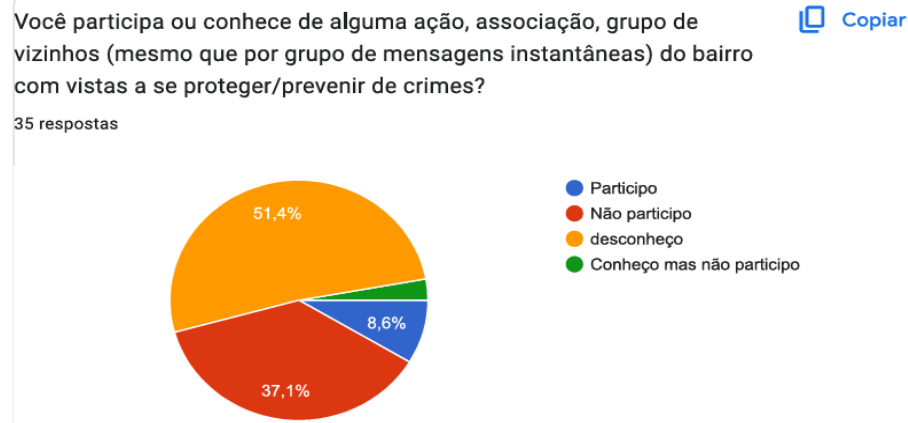


Fonte: Autor (2024).

Observa-se que, positivamente, a maior parte dos respondentes conhece e já participou dos programas realizados pela Polícia Militar no âmbito da prevenção de crimes. Todavia, uma parcela significativa, ainda que menor, afirmou que nunca participou, o que demonstra uma necessidade de maior participação social nesses programas de prevenção.

Por outro lado, a próxima pergunta indagou aos entrevistados se participam atualmente de alguma ação preventiva da Polícia Militar, como rede ou associações de vizinhos, com vistas a proteção e prevenção de crimes e, surpreendentemente, 51,4% afirmaram que desconhecem tais ações, enquanto 37,1% afirmaram que não participam, e 8,6% disseram que participam, conforme mostra o gráfico 2. Percebe-se que a maior parte dos respondentes sequer conhecem a existência de programas que visam prevenção de crimes em sua região, reunião de segurança comunitária, o que mostra a necessidade de ampliar tais medidas.

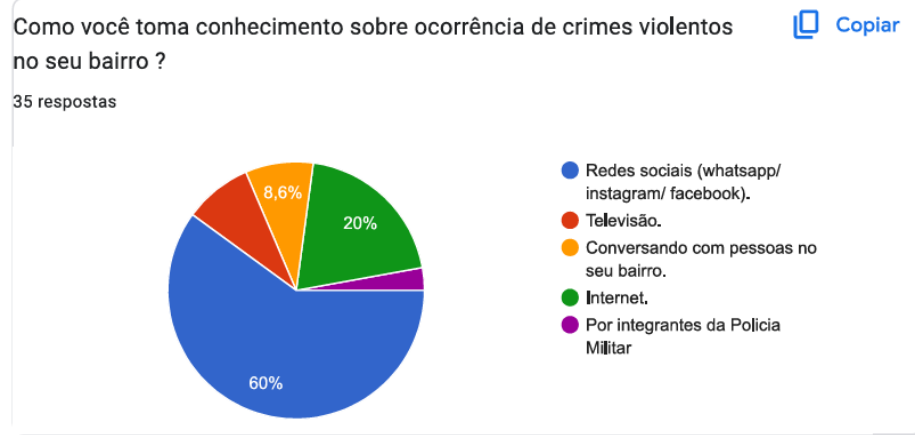
Gráfico 2. Participação atual dos respondentes em programas de prevenção



Fonte: Autor (2024).

Posteriormente, inquiriu-se como o respondente toma conhecimento acerca da ocorrência de crimes violentos no bairro em que reside e 60% afirmou que sua ciência ocorre por meio das redes sociais; 20% afirmou que fica ciente pela internet; 8,6% alegou que toma conhecimento por meio de conversas com outras pessoas no bairro e uma parcela menor afirmou tomar ciência pela televisão, enquanto pouquíssimos afirmaram que ficam sabendo por intermédio de integrantes da Polícia Militar, conforme mostra o gráfico 3. Diante disso, observa-se que, na atualidade, o maior meio de comunicação tem sido as mídias sociais.

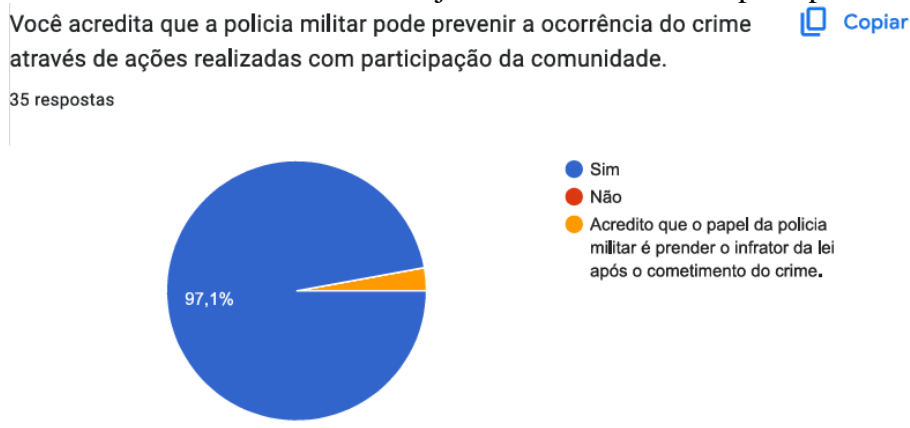
Gráfico 3. Conhecimento acerca da ocorrência de crimes violentos no bairro



Fonte: Autor (2024).

Nessa sequência, perguntou-se se o respondente acredita que a Polícia Militar pode prevenir a ocorrência de crimes, através de ações realizadas com participação da comunidade e 97,1% afirmaram que sim, conforme mostra o gráfico 4. Em seguida, perguntou-se, se na percepção dos respondentes, as ações preventivas de crime realizadas têm sido eficientes no combate à criminalidade e as respostas foram variadas, conforme mostra o gráfico 5.

Gráfico 4. Polícia militar em conjunto com comunidade pode prevenir crimes?



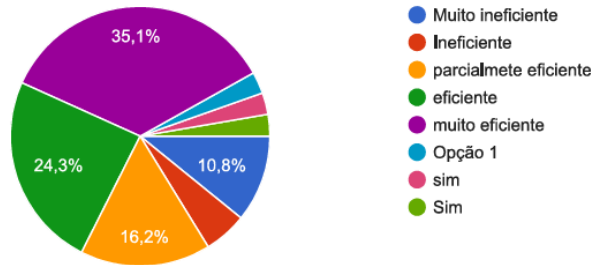
Fonte: Autor (2024).

Gráfico 5. Ações preventivas são eficientes no combate criminalidade?

Na sua percepção, as ações preventivas do crime são eficientes no combate à criminalidade?



37 respostas



Fonte: Autor (2024).

Verifica-se que, apesar da maioria dos respondentes acreditar que ações preventivas da Polícia militar em conjunto com comunidade podem prevenir crimes, as respostas quanto à eficiência dessas ações não foram regulares, de modo que 35,1% afirmaram ser muito eficientes, 24,3% afirmaram ser somente eficientes, 16,2% afirmaram ser parcialmente eficientes e 10,8% alegaram que são ineficientes. Apesar dessa diversidade de opiniões, a maioria ainda acredita que as ações preventivas são eficientes no combate à criminalidade, contudo, vê-se que há melhorias a serem feitas nesse sentido.

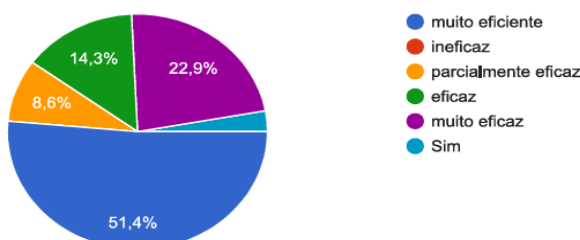
Posteriormente, indagou-se como elementos como educação, remuneração justa, saneamento básico, assistência médica e outros direitos básicos fundamentais são eficazes na prevenção do crime e os resultados mostraram que 51,4% acreditam que é muito eficiente; 22,9% afirmaram que é muito eficaz; 14,3% afirmaram ser eficaz; e 8,6% afirmou ser parcialmente eficaz, o que mostra que a maioria vê tais elementos como eficazes na prevenção do crime (gráfico 6).

Gráfico 6. Direitos fundamentais básicos são eficazes na prevenção do crime?

Na sua visão, elementos como educação, remuneração justa, saneamento básico, assistência médica, emprego e oportunidades de lazer são eficazes na prevenção do crime?



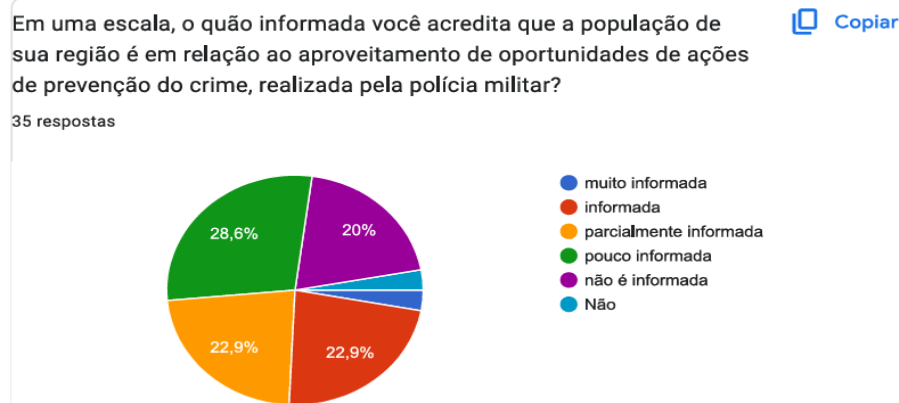
35 respostas



Fonte: Autor (2024).

Na escala de informação sobre o aproveitamento de oportunidades de ações de prevenção do crime realizadas pela Polícia Militar na região, observa-se uma divisão de opiniões (gráfico 7). Cerca de 28,6% acreditam que a população está pouco informada, 22,9% a consideram informada, enquanto outros 22,9% a veem como parcialmente informada. Além disso, 20% afirmam não ser informada. Essa variedade de perspectivas evidencia mais uma vez a necessidade de melhorar a disseminação de informações sobre as atividades preventivas conduzidas pela Polícia Militar.

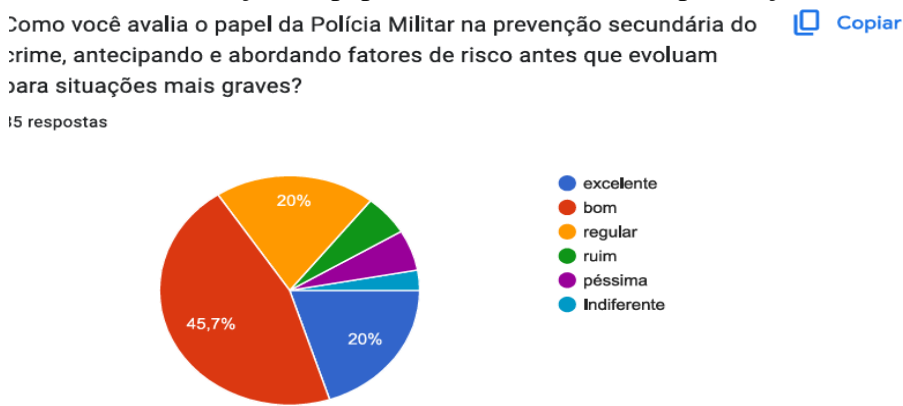
Gráfico 7. Escala de informação da população acerca das ações preventivas



Fonte: Autor (2024).

Seguidamente, buscou saber dos respondentes a avaliação do papel da Polícia Militar na prevenção secundária do crime, que envolve antecipar e abordar fatores de risco antes que evoluam para situações mais graves e os resultados mostraram que 45,7% a consideram boa, enquanto 20% a avaliam como excelente e outros 20% como regular, conforme mostra o gráfico 6. Parcelas menores acreditam que seja ruim, péssimo ou estão indiferentes. Essa maioria que reconhece a atuação como boa sugere que há espaço significativo para melhorias nesse sentido.

Gráfico 8. Avaliação do papel da Polícia Militar na prevenção secundária do crime



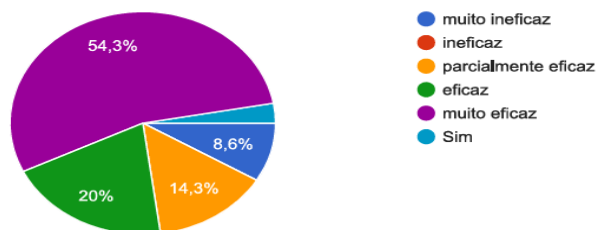
Fonte: Autor (2024).

Posteriormente, questionou-se aos respondentes se acredita que programas educacionais como PROERD, por exemplo, têm impacto significativo na prevenção do crime e os resultados foram os seguintes:

Gráfico 9. Programas educacionais têm impactos positivos na prevenção?

Você acredita que programas educacionais como o PROERD têm impacto significativo na prevenção do crime, especialmente em relação a outros crimes?

35 respostas



Fonte: Autor (2024).

Observa-se que 54,3% acreditam que os programas educacionais são muito eficazes, 20% acreditam ser eficaz, 14,3% parcialmente eficaz e apenas 8,6% acredita ser muito ineficaz. Então, vê-se que a maioria dos respondentes acredita que o PROERD e os demais programas nesse sentido impactam de modo significativo na prevenção do crime. Entende-se que eficácia advém do fato de que muitos dos crimes estão relacionados ao uso de drogas, logo, se diminui o consumo, também há possibilidade de que diminua os crimes relacionados a ele, como tráfico e furto.

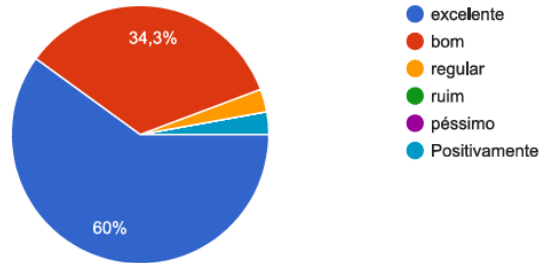
A próxima pergunta buscou saber dos respondentes como as ações de prevenção ao crime coordenadas na região em que residem podem beneficiar a sociedade. Conforme mostra o gráfico 10, 6% acreditam que pode melhorar de forma excelente e 34,3% acreditam que pode melhorar de forma boa.

Gráfico 10. Ações coordenadas de prevenção no nível local

Em sua opinião, como as ações de prevenção ao crime coordenadas no nível local podem beneficiar a sociedade?



35 respostas



Fonte: Autor (2024)

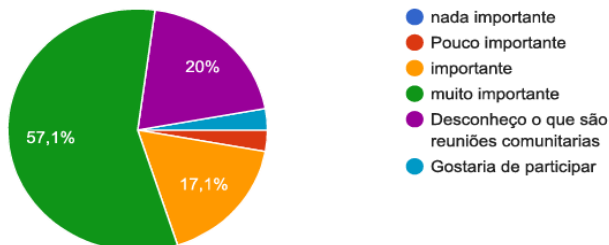
A próxima pergunta buscou saber qual a importância das reuniões de segurança comunitária para melhorar a qualidade de vida e a segurança em uma área específica, vejamos os resultados:

Gráfico 11. Ações coordenadas de prevenção no nível local

Qual a sua opinião sobre a importância das reuniões de segurança comunitária para melhorar a qualidade de vida e a segurança em uma área específica, responda mais de uma se necessário.



35 respostas



Fonte: Autor (2024).

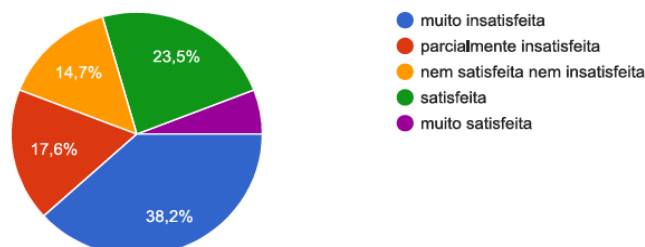
Observa-se que 57,1% afirmaram que tais reuniões são muito importantes na melhoria da qualidade de vida e segurança da população local, porém 20% afirmaram que desconhecem o que é essa reunião, sendo que 17,9% afirmaram ser importantes. Diante disso, a maioria conhece uma reunião de segurança comunitária e acredita que ela pode trazer melhorias, no entanto, uma parcela menor, porém bem significativa (20%) desconhece essa ação, o que salienta, mais uma vez, a necessidade de uma melhor divulgação das atividades preventivas realizadas pela Polícia Militar.

Por fim, a última pergunta buscou saber se, na visão dos respondentes, quão satisfeita está a comunidade com os programas de prevenção de crimes realizados pela Polícia Militar e os resultados foram os seguintes:

Gráfico 12. Satisfação da comunidade com os programas de prevenção de crime

Na sua visão, quão satisfeita acredita que a comunidade está com os programas de prevenção do crime realizado pela polícia militar. [Copiar](#)

34 respostas



Fonte: Autor (2024).

Denota-se que 38,2% acreditam que a comunidade está muito insatisfeita, enquanto 23,5% creem que está satisfeita. Aqueles que veem a comunidade como indiferente ou parcialmente insatisfeita somam 17,6% e 14,7%, respectivamente. Esses resultados indicam que há um trabalho árduo e uma necessidade premente de melhorias nos programas de prevenção de crimes e a latente necessidade de maior participação da sociedade nas atividades desempenhadas pela Polícia Militar. Evidencia-se a necessidade de maior interação entre comunidade e instituição para fins de melhorar as atividades de prevenção e combate à criminalidade.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que a maioria dos respondentes já participou de programas de prevenção de crimes realizados pela Polícia Militar, como reuniões comunitárias e PROERD. No entanto, uma proporção significativa desconhece as ações preventivas atuais da polícia em suas comunidades. Ademais, a maioria dos respondentes acredita que a Polícia Militar, em conjunto com a comunidade, pode prevenir crimes, embora haja opiniões divergentes sobre a eficácia das ações preventivas realizadas pela polícia.

Elementos como educação, remuneração justa e saneamento básico foram considerados eficazes na prevenção do crime pela maioria dos participantes. No entanto, há uma divisão de opiniões quanto à informação disponível sobre as ações preventivas da polícia na região.

Avaliando o papel da Polícia Militar na prevenção secundária do crime, a maioria dos respondentes reconhece sua atuação como boa. Diante disso, acredita-se que programas

educacionais, como o PROERD, têm um impacto significativo na prevenção do crime. Destarte, as ações coordenadas de prevenção ao crime no nível local foram vistas como uma oportunidade de melhoria pela maioria dos respondentes, destacando a importância das reuniões de segurança comunitária na melhoria da qualidade de vida e segurança da população local.

No entanto, os resultados indicam uma insatisfação significativa da comunidade com os programas de prevenção de crimes realizados pela Polícia Militar, evidenciando a necessidade de melhorias e uma maior participação da sociedade nessas atividades.

Diante dos resultados apresentados e da análise realizada, é possível concluir que o policiamento comunitário desempenha um papel significativo na prevenção de crimes e na promoção da segurança pública. Através da criação de parcerias colaborativas entre a polícia e os membros da comunidade, essa abordagem demonstra ser eficaz na redução da criminalidade e na construção de laços de confiança e cooperação.

A partir dos dados coletados, fica evidente que o policiamento comunitário não se limita apenas à presença física dos agentes policiais nas áreas de atuação, mas envolve também ações de engajamento, prevenção e resolução de problemas locais. Essa abordagem holística e orientada para a comunidade tem o potencial de fortalecer o tecido social, aumentar a sensação de segurança e melhorar a qualidade de vida dos residentes.

No entanto, é importante ressaltar que o sucesso do policiamento comunitário depende de uma série de fatores, incluindo o apoio institucional, a capacitação adequada dos policiais, a participação ativa da comunidade e o investimento em recursos e programas específicos. Portanto, recomenda-se que as políticas de segurança pública considerem o policiamento comunitário como uma estratégia fundamental e priorizem sua implementação e desenvolvimento contínuo.

REFERÊNCIAS

BOHN, Maurício Futryk. **Policiamento comunitário**: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã. Artigo (Mestrado em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2015.

BONDARUK, Roberson; SOUZA, César Alberto. **Polícia comunitária polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003.

BORTOLUZZI, Karina. O programa educacional de resistência às drogas ea imagem institucional da polícia militar do espírito santo/a educação para resistência ao abuso de

drogas e a imagem institucional da polícia militar do espírito santo. **Revista FOCO**, v. 10, n. 3, p. 7-25, 2017.

CARVALHO, U. K. S.; DANTAS, T. S. **Proerd e seus efeitos na segurança pública**. 2018. 11 fls. Artigo (Curso de Formação de Praças) - Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, Goiânia, Goiás, 2018.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

COSTA, Isângelo Senna da. **Crime e medo: desenvolvimento de um modelo multi-método de Prevenção Criminal pelo (CPTED) para espaços públicos urbanos e rurais**. 2022. 232 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

FERNANDES, Leandro Alex Missagia. **Política pública de prevenção primária à drogadição nas escolas municipais de Novo Hamburgo: o PROERD**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo, 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS, Secretário da Segurança Pública do Estado. **Portaria nº 1824 / 2014 – SSP**. Disponível em: <https://conseg.ssp.go.gov.br/wp-content/uploads/2012/01/novo-regulamento-dos-conselhos-comunitarios-de-seguranca-do-estado-de-goias-indice-e-secoes-2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GOIÁS, Estado de Goiás. **Procedimento Operacional Padrão – POP**. 4. ed. Versão 2. 2023.

GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. São Paulo, Saraiva, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

PEREIRA, Mariana Musse; EMERIQUE, Lilian Balmant. Governança participativa na segurança pública: um olhar sobre o projeto de pacificação das comunidades cariocas. **Revista Thesis Juris**, v. 5, n. 2, p. 329–348, 2016.

RATEKE, Deise. **A escola pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências**. 2006. p. 143. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Abril, 2006.

SANTOS, Arthur Ferreira dos. **Organização criminosa no tráfico de drogas internacional: a atuação da polícia no combate a organização criminosa e tráfico de drogas**. 2023. 22fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2023.

SENTO-SÉ, João Trajano. Prevenção ao Crime e Teoria Social. **Lua Nova**, São Paulo, v. 83, p. 9-40, 2011.

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEI, David H. **Policamento Comunitário: Questões práticas através do mundo**. São Paulo: Edusp, 2002.

VELASCO, Paulo Miguel. **Dependência química: Causas, consequência e tratamento**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2023.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policamento Comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Editora Parma, 1994.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

- 1) Moro/Trabalho próximo ao Setor universitário Leste ou bairros próximos, em Goiânia-GO??
 - a) Sim
 - b) Não

- 2) Sexo
 - a) Masculino
 - b) Feminino

- 3) Idade?
 - a) 15 a 21 anos
 - b) 22 a 30 anos
 - c) 31 a 50 anos
 - d) Mais de 50 anos

- 4) Grau de escolaridade?
 - a) Ensino fundamental incompleto
 - b) Ensino fundamental completo
 - c) Ensino médio incompleto
 - d) Ensino médio completo
 - e) Ensino superior incompleto ou completo

- 5) Você já participou de programas realizados pela Polícia Militar sobre prevenção do crime (reuniões comunitárias, PROERD ou outra)?
 - a) Sim
 - b) Não

- 6) O policiamento comunitário promove uma relação mais próxima entre a polícia militar e os moradores?
 - a) Sim
 - b) Não
 - c) Desconheço essas ações realizadas pela Policia Militar

- 7) Você participa ou conhece de alguma ação, associação, grupo de vizinhos (mesmo que por grupo de mensagens instantâneas) do bairro com vistas a se proteger/prevenir de crimes?
 - a) Participo
 - b) Não participo
 - c) Desconheço

- 8) Como você toma conhecimento sobre ocorrência de crimes violentos no seu bairro?
 - a) Redes sociais (whatsapp/instagram/ facebook).
 - b) Televisão.
 - c) Conversando com pessoas no seu bairro.
 - d) Internet.

- 9) Você acredita que a polícia militar pode prevenir a ocorrência do crime através de ações realizadas com participação da comunidade.
 - a) Sim

b) Não

c) Acredito que o papel da polícia militar é prender o infrator da lei após o cometimento do crime.

10) Na sua percepção, as ações preventivas do crime são eficientes no combate à criminalidade?

a) Muito ineficiente

b) parcialmente eficiente

c) ineficiente

d) eficiente

11) Na sua visão, elementos como educação, remuneração justa, saneamento básico, assistência médica, emprego e oportunidades de lazer são eficazes na prevenção do crime??

a) Muito ineficiente

b) parcialmente eficiente

c) ineficiente

d) eficiente

12) Em uma escala, quão informada você acredita que a população de sua região é em relação ao aproveitamento de oportunidades de ações de prevenção do crime, realizada pela polícia militar?

a) muito informada

b) apenas informada

c) parcialmente informada

d) pouco informada

13) Como você avalia o papel da Polícia Militar na prevenção secundária do crime, antecipando e abordando fatores de risco antes que evoluam para situações mais graves?

a) excelente

b) bom

c) Regular

d) ruim

e) péssima

14. você acredita que programas educacionais como o PROERD têm impacto significativo na prevenção do crime, especialmente em relação a outros crimes?

a) Muito ineficiente

b) parcialmente eficiente

c) ineficiente

d) eficiente

15. Em sua opinião, como as ações de prevenção ao crime coordenadas no nível local podem beneficiar a sociedade?

a) excelente

b) bom

c) Regular

d) ruim

e) péssima

16. Qual a sua opinião sobre a importância das reuniões de segurança comunitária para melhorar a qualidade de vida e a segurança em uma área específica, responda mais de uma se necessário.

- a) nada importante
- b) Pouco importante
- c) importante
- d) muito importante
- e) Desconheço o que são reuniões comunitárias

17. Na sua visão, quão satisfeita acredita que a comunidade está com os programas de prevenção do crime realizado pela polícia militar.

- a) muito insatisfeita
- b) parcialmente insatisfeita
- c) nem satisfeita nem insatisfeita
- d) satisfeita
- e) muito satisfeita

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **Táticas da Polícia Militar do Estado de Goiás: estratégias na vanguarda da prevenção de crimes violentos** e está sendo desenvolvida pelo discente **Hudson Evangelista de Sousa**, do Curso de Especialização em polícia e segurança pública, no âmbito da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, sob a orientação do Professor (a). **Carla Vieira Fagundes Leão**.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

O respondente ao preencher o formulário certifica que participa de forma voluntária e gratuita, sem nenhum constrangimento, afirmando que tomou conhecimento de que a pesquisa seguirá os princípios éticos e sigilo dos dados necessários, prezando pelo seu uso exclusivamente científico.

Este questionário é uma pesquisa sobre sensação de segurança através ações preventivas realizadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás, ou seja, a percepção subjetiva de pessoas ou comunidade em relação ao ato de sentir segura, protegida de ameaças, preocupações ou medo de crimes. A sensação de segurança é um fenômeno complexo e de múltiplos fatores e determinações, inclusive ações que envolvam a não ocorrência do crime.

Portanto, trata-se de uma pesquisa faz parte do Projeto Sensação de Segurança do Programa de Pós-Graduação do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Contamos com sua participação em responder o questionário, bem como a divulgação junto aos familiares, amigos e vizinhos.

Registra-se que é garantido o sigilo e a privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Sua resposta continuará anônima.

Sua participação no estudo é voluntária, entretendo, de grande valia para contribuir com o projeto. Caso não queira participar, fique à vontade.

Em caso de dúvidas e/ou esclarecimentos, entrar em contato com o pesquisador responsável, a saber, Hudson Evangelista de Sousa, contato (61) 9 9374-2502

- a) Concordo em participar
- b) Não concordo em participar